

A investigação desenvolvida:
das sepulturas rupestres
aos sítios de habitat

Os estudos das sepulturas escavadas na rocha no nosso país remontam à primeira metade do século XX, com publicações pontuais em revistas como “O Archeólogo Português”, “Portugália” e “Revista de Guimarães”, desenvolvidos por Leite Vasconcelos, Santos Rocha, Martins Sarmiento, Félix Alves Pereira e Virgílio Correia. Tanto Simões Rodrigues Ferreira, como Santos Rocha defenderam uma cronologia romana para este tipo de vestígios, apontando a sua associação a materiais tipicamente romanos, como é o caso das *tegulae*. No entanto, Félix Alves Pereira discordou desta periodização, afirmando que este material de construção teve uma longa diacronia de utilização. Outros autores, como Amorim Girão e Alberto Correia, defenderam uma cronologia proto-histórica, dada a proximidade das sepulturas a povoados proto-históricos. António Cruz, na década de 40, e Ferreira de Almeida, nos anos 70, atribuíram já uma cronologia medieval, tendo o primeiro defendido uma utilização pelo menos até ao século XV (Tente e Lourenço, 1998, p. 191-192).

Os trabalhos arqueológicos realizados em necrópoles com sepulturas rupestres, quer em Espanha, quer no nosso território, possibilitaram a atribuição de uma cronologia a esta solução de enterramento, a qual, de um modo geral, tem sido adoptada pelos arqueólogos que se debruçam sobre esta temática.

Em Espanha, Alberto del Castillo, que durante as décadas de 60 e 70 trabalhou em necrópoles da Catalunha, Aragão e Castela, apresentou, em 1968, em Mérida, numa comunicação ao *XI Congreso Nacional de Arqueología*, uma tabela cronológica e tipológica das sepulturas, relacionando estas últimas com a Reconquista e o Repovoamento (Castillo, 1970, p. 838). Para este arqueólogo era nítida uma evolução tipológica nas sepulturas: as mais antigas eram não antropomórficas, tipo “banheira”, que teriam uma origem por volta do século VII, aliás Castillo, encontrou na necrópole catalã de Sant Vicent de Obiols, uma sepultura ovalada associada a uma moeda de Egica, datada de 697-702 (Castillo, 1970, p. 388); as antropomórficas, típicas do período da reconquista cristã. A passagem do não antropomorfismo para o antropomorfismo ocorreria através de um aperfeiçoamento, iniciado com o ligeiro delinear do contorno do ombro esquerdo, em meados do século IX, atingindo-se o antropomorfismo no século X, momento a partir do qual se diversificariam as soluções tipológicas. Este investigador defendeu ainda, com base nos trabalhos efectuados em Revenga e Cuyacabras, que as sepulturas masculinas seriam antropomórficas, enquanto as femininas e de crianças seriam não antropomórficas. As suas propostas cronológicas e tipológicas vieram posteriormente a ser criticadas por Maria Asunción Bielsa e por Katja Kliemann.

Para o território português, Mário Barroca, na sua tese “*Necrópoles e Sepulturas Medievais de Entre-Douro-e-Minho (séculos V-XV)*”, propõe uma cronologia com base nos dados obtidos na escavação arqueológica do Convento de Santa Marinha da Costa, em Guimarães. Segundo os dados aí recolhidos, a construção das sepulturas rupestres neste espaço ter-se-á iniciado por volta do século VII, verificando-se uma evolução ao nível do antropomorfismo anterior ao século do IX e uma sobrevivência dos sepulcros rupestres antropomórficos, com profundos encaixes para tampas, até ao século XIII. De um modo geral, para o Entre-Douro-e-Minho, propõe que as sepulturas de planta antropomórfica tenham dominado entre a segunda metade do século IX e os fins do XI, bem como que a evolução tipológica, até se atingir o antropomorfismo axial perfeito, tenha ocorrido entre o século VIII e a primeira metade do IX (Barroca, 1987, p. 137-141). Na região por si estudada é ainda constatado que, ao contrário das grandes necrópoles espanholas, o mais frequente é a existência de um reduzido número de túmulos por núcleo, facto que indicaria a existência de um povoamento disperso.

No entanto, logo aqui temos que nos recordar que este Quadro cronológico do Entre-Douro-e-Minho poderá não aplicar-se integralmente à região que se pretende estudar, onde

poderá ter existido uma outra evolução crono-tipológica. Não devemos ainda relegar as variáveis tipológicas regionais, ou locais, que dentro do antropomorfismo são inúmeras. Estas fazem-nos considerar que, no antropomorfismo, as diferenças tipológicas não sejam unicamente explicadas em termos temporais, pois poderá haver um investimento técnico diferente de caso para caso, conforme, aliás, foi já constatado em estudos efectuados, na década de 90, nos concelhos de Carregal do Sal e Gouveia (Tente e Lourenço, 1998, p. 197-217).

Na década de 90, as publicações sobre as sepulturas escavadas na rocha, da Beira Alta e de outras regiões do país, multiplicaram-se, como se pode observar pela bibliografia apresentada. Contudo, os estudos centraram-se sobretudo na análise tipológica das sepulturas, relacionando-as entre si. Com base nestes estudos teceram-se ainda considerações sobre a condição social-sexual do inumado, o Quadro económico e cultural em que se integrariam e as formas de povoamento que representariam.

As sepulturas escavadas na rocha são prova do povoamento que terá existido nesta região beirã ao longo da Alta Idade Média. Estes monumentos funerários terão certamente assentado numa qualquer estrutura de povoamento, a qual infelizmente hoje ainda é pouco conhecida, uma vez que os múltiplos estudos que têm sido efectuados, conforme acima foi já mencionado, concentraram-se essencialmente, durante algumas décadas, na análise tipológica das sepulturas rupestres.

Contudo, já na década de 90, vários são os autores que, ao analisarem a sua organização e localização na região que nos interessa, constataam que elas surgem, maioritariamente, compostas por um conjunto de duas ou três campas e dispersas ao longo do terreno, verificando-se a quase inexistência de grandes necrópoles. Concluem que esta realidade reflectirá um povoamento que se estruturou de forma dispersa, assentando muito provavelmente em agregados familiares, mais ou menos alargados, que habitariam em pequenos casais agrícolas (Marques, 1995, p. 228; Tente e Lourenço, 1998, p. 211), ou seja, reflectiriam a organização da propriedade rural.

Conforme tem sido sugerido, estas pequenas unidades de povoamento familiar, optariam de forma quase exclusiva, por enterrar os seus membros nas imediações das suas habitações, construindo “cemitérios familiares” (Marques, 1995, p. 228). E o que é frequente encontrar nas imediações destes núcleos de sepulturas rupestres? Materiais romanos a 50, 100, 200 ou 400 m, os quais contribuiriam para a atribuição de uma cronologia romana a estes vestígios, por parte de alguns arqueólogos, como por exemplo de Santos Rocha.

Várias são as descrições que atestam esta evidência, observemos algumas citações: “... a sensivelmente duzentos metros do cemitério, no sentido Sudoeste, num terreno de cultivo aplanado designado por “Tapada Mata” ...Aí abundam, à superfície, fragmentos de tégulas, de *imbrices* e de cerâmica doméstica de produção regional. A escavação daria, certamente, novos elementos sobre a ocupação desse espaço e eventuais conexões com a necrópole.” (Marques, 1992, p. 127) e “Nos terrenos envolventes há muitos fragmentos de tégula, *imbrices*... dois fragmentos de mós circulares.” (Marques, 1995, p. 104); Inês Vaz na sua tese de doutoramento, *A civitas de Viseu. Espaço e Sociedade*, afirma “Classificámos como habitat romano/medieval todo o lugar em que além da presença de cerâmicas romanas, aparecem sepulturas escavadas na rocha”, atribuindo a estes lugares “...um povoamento inicial romano, com continuidade no período seguinte.” (Vaz, 1997, p. 16-17).

Ora, já sabemos que as sepulturas rupestres não são romanas, então, ou existe uma continuação de ocupação do mesmo espaço, desde o período romano até à época da reconquista, ou estamos perante locais que são reocupados num período posterior ao da primeira ocupação. Assim, esta definição cronológica terá que assentar na análise do material encontrado, devemos fazer uma triagem deste último e observarmos o que é que pertence a quê.

A existência de *tégulas* e *imbrices* pode não estar associada apenas ao período romano, recordemos que terá havido, no Entre-Douro-e-Minho, uma sobrevivência da *tégula* até ao século XI, ainda que esta tenha sido de menores dimensões (Barroca, 1987, p. 59). O material de construção romano que encontramos nas imediações das sepulturas poderá resultar ainda de produções ou de reutilizações no período a que nos reportamos. Também já Jorge de Alarcão escreveu “Alguns sítios, nunca sondados e identificados apenas por fragmentos de telhas romanas visíveis à superfície, poderão corresponder a simples abrigos ou até estações medievais, porque na Alta Idade Média parece ter sido frequente a reutilização de *tégulas* e *imbrices* romanos.” (Alarcão, 1993, p. 378), citação que, de facto, deve ser tida em conta quando prospectamos na área envolvente às sepulturas rupestres.

Já fora da região a que nos reportamos, mais a Sul, na zona de Tomar, continuamos a ler descrições que retratam esta evidência “Esta sepultura situa-se a cerca de 50 m de um local onde se acha grande quantidade de *imbrices*, de várias espessuras e aspecto grosseiro...” (Arsénio e Batata, 1992, p. 59).

É sobretudo a partir de 2000 que os trabalhos de prospecção arqueológica em torno dos núcleos de sepulturas rupestres começam a comprovar que estes estariam associados a núcleos de habitat e se integrariam na rede de povoamento alto medieval (Vieira, 2000, p. 118-157; Lopes, 2002, p. 207-220).

Perante o exposto e ainda que algumas das sepulturas rupestres da área em estudo tenham já sido alvo de algumas publicações (Marques, 1995; Tente e Lourenço, 1998), a sua relação com os núcleos de povoamento que as integrariam carecia de um estudo mais aprofundado. Tentámos pois orientar a nossa investigação nesse sentido, conscientes que o coberto vegetal com que nos deparámos, aquando da realização dos trabalhos de prospecção na área envolvente dos túmulos rupestres, foi muitas vezes uma barreira à concretização desse objetivo.